

CONVENÇÃO COLETIVA DO TRABALHO/2009

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, QUE ENTRE SI FAZEM, DE UM LADO O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA, CNPJ Nº. 76.599.810/0001-78 representado por seu Presidente, Aírton Galdino, CPF 170.390.299-87, RG Nº. 3277564-4 SSP/SC, E DE OUTRO LADO, O SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA,- SINCOR-SC CNPJ 82.666.165/0001-61, representado por seu Presidente, Odair Roders, CPF 081.965.249-00, RG 437.156-6SSP/SC . SOB AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

CLÁUSULA PRIMEIRA:- DO TERMO: EMPREGADO e FUNCIONÁRIO

No texto da presente Convenção Coletiva do Trabalho, os termos "empregado" e "funcionário" subentendem também o feminino e o masculino, a menos que o contexto indique o contrário.

CLÁUSULA SEGUNDA:- REAJUSTE SALARIAL

A partir do dia 01 de Janeiro de 2009, as empresas integrantes da Categoria Econômica estabelecidas na região sob jurisdição do Sindicato de Empregados acima mencionado, aqui representadas pelo Sindicato Patronal Conveniente, concederão aos empregados um **reajuste salarial** de 6,7% (seis vírgula sete por cento) para os que percebem um salário igual ao piso Auxiliar técnico, 6,7% (seis vírgula sete por cento) para os que recebem um salário igual ao piso Auxiliar Escritório, para os que recebem um salário igual ao piso Continuo será mantido sempre o valor do salário mínimo, 7,3% (sete vírgula três por cento) no vale refeição, 7,3% (sete vírgula três por cento) no Anuênio, 7,18% (sete vírgula dezoito por cento) para o auxilio creche, 17,79% (dezessete virgula setenta e nove por cento) para o seguro de vida e, 6,7% (seis vírgula sete por cento), para os que percebem um salário acima do piso, incidentes sobre o salário base de Janeiro 2008.

Parágrafo Primeiro:- Na aplicação do percentual previsto no "caput" desta cláusula, as Empresas têm como cumpridas as exigências referentes aos reajustes e adiantamentos salariais de Janeiro de 2008, bem como as exigências de toda e qualquer lei que trata de reajustes, aumentos e antecipações salariais, em especial as Leis Nº 8.542/92 e 8.700/93

Parágrafo Segundo:- Na aplicação do percentual previsto no "caput" serão compensadas todas as antecipações, aumentos, abonos e reajustes, compulsórios ou espontâneos, concedidos no período de 01 de Janeiro de 2008 a 31 de Dezembro de 2008, exceto os aumentos ou reajustes decorrentes de promoção, término de aprendizagem ou experiência, equiparação salarial, recomposição ou alteração de salários resultante da majoração da jornada de trabalho.

Parágrafo Terceiro:- Para os empregados admitidos após o dia 01 de Janeiro de 2008, o reajuste de que trata o "caput" desta cláusula será proporcional aos meses trabalhados, considerando-se como mês completo a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo Quarto:- Para os empregados que recebem salário misto, parte fixa e parte variável, o percentual mencionado no "caput" desta cláusula incidirá somente sobre a parte fixa, garantindo-lhe um salário fixo, no mínimo, igual ao salário normativo de sua função.

CLÁUSULA TERCEIRA:- SALÁRIO NORMATIVO

Nenhum empregado da categoria profissional dos securitários poderá receber salário inferior ao aqui especificado:

- a) Pessoal de portaria, limpeza, contínuos e assemelhados: **R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais); Salário Mínimo Nacional em vigor;**
- b) Auxiliar administrativo, financeiro, escritório: **R\$ 568,71 (quinhentos e sessenta e oito reais e setenta e hum centavos);**
- c) Auxiliar técnico: **R\$ 675,41 (seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e hum centavos).**

Parágrafo Primeiro:- Os salários normativos mencionados nesta cláusula serão devidos aos empregados admitidos ou readmitidos na vigência da presente Convenção somente após 3 (três) meses de trabalho na empresa.

CLÁUSULA QUARTA:- ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Após cada ano de serviço prestado ao mesmo empregador e contado a partir da data de admissão ou readmissão, o empregado receberá a quantia de **R\$ 12,50 (doze reais e cinqüenta centavos)** mensais a título de anuênio, o qual integrará a sua remuneração para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único:- Não se aplica esta vantagem aos empregados que já percebem importância proporcionalmente maior, como adicional por tempo de serviço.

CLÁUSULA QUINTA:- VALE REFEIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

As empresas que não fornecerem alimentação própria aos seus empregados integrantes da categoria dos securitários, obrigam-se a conceder-lhes "**tickets**" ou **vale refeição** ou **alimentação**, no valor de **R\$ 12,50 (doze reais e cinqüenta centavos)** por dia efetivamente trabalhado, com a participação dos empregados no seu custeio, conforme determinação legal, podendo ser diretamente proporcional aos seus ganhos e observadas as localidades onde existirem esses serviços de alimentação.

Parágrafo Primeiro:- Serão excluídos da vantagem prevista nesta cláusula:

- a) Os empregados que percebem remuneração **superior a 20 (vinte)** salários mínimos, nesta incluída a parte fixa e a parte variável, ressalvadas as situações já existentes;
- b) Os empregados que trabalham em horário corrido, de expediente único.

Parágrafo Segundo:- As eventuais diferenças que por força da presente Convenção ocorram sobre o valor do "ticket", de um mês para o outro, serão concedidas em "tickets", até o dia 15 (quinze) do mês subsequente.

Parágrafo Terceiro:- Ficam desobrigadas da concessão estipulada nesta cláusula, as Empresas que puserem à disposição de seus empregados restaurantes próprios ou de terceiros, onde seja fornecida refeição a preço subsidiado.

CLÁUSULA SEXTA:- AUXÍLIO CRECHE

Durante a vigência da presente Convenção, as empresas reembolsarão as despesas realizadas devidamente comprovadas por suas empregadas, bem como aos seus empregados viúvos, separados judicialmente ou divorciados, que tenham a guarda dos filhos, inclusive adotivos, e que trabalhem no Estado de Santa Catarina, até o valor de **R\$ 147,00 (cento e quarenta e sete reais)** mensais para

cada filho com idade inferior a 72 (setenta e dois) meses referentes à creche ou instituição análoga em que internam seus filhos supra mencionados.

Parágrafo Único:- Os signatários convencionam que a concessão da vantagem contida no "caput" desta cláusula atende ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 389 da CLT, da Portaria no 1, baixada pelo Diretor Geral do Deptº Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, em 15.01.69 (DOU de 24.01.69), bem como da Portaria no 3.296, do Ministério do Trabalho (DOU de 05.09.86).

CLÁUSULA SÉTIMA:- AUXÍLIO A FILHOS EXCEPCIONAIS OU INVÁLIDOS

Idênticos reembolsos e procedimentos previstos na cláusula sexta (Auxílio Creche) estendem-se aos empregados ou empregadas que tenham "filhos excepcionais" ou "inválidos", que exijam cuidados especiais e permanentes, sem limite de idade, desde que tal condição seja comprovada por atestado fornecido pelo INSS ou Instituição por ele autorizada, ou ainda por médico pertencente a Convênio mantido pela empresa.

CLÁUSULA OITAVA:- ATUALIZAÇÃO DAS CLÁUSULAS ECONÔMICAS

O Sindicato Patronal compromete-se a recomendar, por escrito, às empresas atingidas pela presente Convenção, para que as verbas mencionadas nas cláusulas terceira, quarta, quinta, sexta e sétima e respectivos parágrafos da presente Convenção, sejam reajustadas na mesma proporção em que reajustarem os salários de seus empregados.

CLÁUSULA NONA:- VALE TRANSPORTE

Esta vantagem será concedida na forma da Lei Nº 7.418/85, com as alterações da Lei Nº 7.619/87, regulamentada pelo Decreto Nº 95.247/87.

CLÁUSULA DÉCIMA: SEGURO DE VIDA

As empresas atingidas pela presente Convenção farão, às suas expensas, seguro de vida a favor de todos os seus empregados, que lhes garanta indenizações correspondentes a **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** para Morte Por Qualquer Causa e **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** para Invalidez Permanente Por Acidente ou Doença.

Parágrafo Único:- A obrigação prevista nesta cláusula não se aplica às empresas que tenham feito seguro nas mesmas ou em condições superiores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:- REMUNERAÇÃO DE HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias, isto é, aquelas excedentes à jornada de 8 (oito) horas diárias, se e quando trabalhadas, serão remuneradas com o acréscimo de **55% (cinquenta e cinco por cento)**, para as duas primeiras horas e de **60 % (sessenta por cento)**, para a terceira e demais horas extraordinárias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:- AUSÊNCIAS LEGAIS

As ausências legais a que aludem os incisos I e II do art. 473 da CLT, por força da presente Convenção, ficam ampliadas para 5 (cinco) dias úteis e consecutivos. Relativamente ao inciso III do mesmo artigo, as ausências ao trabalho reger-se-ão de acordo com a Constituição Federal do Brasil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:- ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Gozarão de estabilidade ou garantia de salários provisórios, salvo por motivo de justa causa, força maior ou por mútuo acordo, com a assistência do sindicato da categoria:

1)- Afastados por Doença/Acidente:- Por 60 (sessenta) dias após ter recebido alta médica de quem, por doença ou acidente, tenha ficado afastado do trabalho por tempo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias contínuos;

2)- Gestantes:- Por 60 (sessenta) dias após o período legal de licença maternidade, observando-se o que segue:

a)- Na hipótese da gestante ser dispensada sem que a empresa conheça seu estado gravídico, terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da dispensa, para requerer, por escrito, a estabilidade aqui mencionada;

b)- Fica, outrossim, a gestante obrigada a comunicar, por escrito à empresa, a sua gravidez, tão logo dela tenha conhecimento;

3)- Pais pelo Nascimento de Filho: O empregado do sexo masculino, por 60 (sessenta) dias, contados do dia do nascimento com vida do seu filho, ressalvadas, além das hipóteses previstas no "caput" desta cláusula, também no caso de término do contrato de experiência e pedido de demissão;

4)- Aposentadoria:- Até a aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço, aos 30 (trinta) anos de contribuição, se empregado homem, e 25 (vinte e cinco) anos de contribuição, se mulher, bem como os optantes pelo sistema do FGTS que, cumulativamente, hajam completado 29 (vinte e nove) anos de contribuição ao INSS, se homem, e 24 (vinte e quatro) anos de contribuição ao INSS, se mulher, tenham completado 20(vinte) anos de serviços prestados à mesma empresa. Gozarão deste benefício os empregados que completarem 28 (vinte e oito) anos, se homem, e 23 (vinte e três) anos, se mulher, de serviços prestados à mesma empresa.

Parágrafo Único:- Cumpridos os requisitos mencionados neste item, poderá ser dispensado o empregado que, completados 30 (trinta) anos para empregados do sexo masculino e 25 (vinte e cinco) anos para os empregados do sexo feminino, de contribuição previdenciária ao INSS, não exercer o direito de aposentar-se.

5)- Serviço Militar:- O empregado ou empregada alistados, por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da desincorporação da unidade militar em que serviram.

6)- Comissão Sindical de Salários:- Os empregados que participam da Comissão de Salários do Sindicato Profissional, no período de 60 (sessenta) dias antes e 60(sessenta) dias após o dia 01/01/2009, até o limite de 1 (um) empregado por empresa ou grupo de empresas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:- SALÁRIO DO ADMITIDO

Admitido empregado para função de outro dispensado sem justa causa, àquele será garantido salário igual do empregado de menor salário na função, desconsiderando-se as vantagens pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:- SALÁRIO DO SUBSTITUTO TEMPORÁRIO

Enquanto perdurar a substituição temporária, por período superior a 60 (sessenta) dias, será assegurado ao substituto o salário do substituído, excluídas as vantagens de caráter pessoal, paga a diferença a título de gratificação.

Parágrafo Único:- A gratificação mencionada no "caput" desta cláusula não se integrará, em nenhuma hipótese, ao salário do substituto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:- SEGURO DE VIDA DO APOSENTADO

Enquanto vigorar a presente Convenção e perdurar o regime da Circular SUSEP Nº 017 de 17/07/92, as empresas que mantêm Seguro de Vida em Grupo com seus empregados, obrigam-se a manter o seguro com aqueles que vierem a se aposentar, desde que não dispensados por justa causa e que não tenham se aposentado por invalidez permanente, passando, os aposentados, a pagar a totalidade dos prêmios devidos.

Parágrafo Único:- Para fins de quitação dos prêmios a que alude o "caput" desta cláusula, as empresas fornecerão aos aposentados os carnês de pagamento ou adotarão critérios equivalentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:- BONIFICAÇÃO PARA APOSENTADO

Aos empregados desligados definitivamente por aposentadoria, será paga uma bonificação equivalente ao seu último salário nominal, desde que, cumulativamente, tenham completado 20 (vinte) anos de serviços prestados à mesma empresa e tenham completado 29 (vinte e nove) anos para funcionários do sexo masculino e 24 anos para funcionários do sexo feminino de contribuição ao INSS, assim como aos que tenham completado 28 (vinte e oito) anos para empregados do sexo masculino e 23 (vinte e três anos) para empregados do sexo feminino, de serviço prestados à mesma empresa.

Parágrafo Único:- As empresas que já concedem benefício igual ou maior, ficam desobrigadas do cumprimento desta vantagem.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:- ABONO DE FALTA DE ESTUDANTE

Mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, por escrito, será abonada, sem desconto, a ausência do empregado no dia de prova escolar obrigatória por Lei, e ainda nos dias de exame vestibular, quando comprovada tal finalidade, desde que tais provas e exames coincidam com o horário de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA:- DIA DO SECURITÁRIO

A 3ª (terceira) segunda-feira do mês de outubro de 2009 será reconhecida como o dia do securitário, o qual será considerado como repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais.

Parágrafo Único:- Esse dia será concedido ao funcionário por ocasião do gozo das férias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA:- DISPENSA DE AVISO PRÉVIO

O empregado demitido, ou que vier a pedir demissão, será dispensado de quaisquer ônus do aviso prévio, bem como a empresa ficará desobrigada do pagamento dos dias restantes não trabalhados, no momento em que o empregado comprovar a obtenção de novo emprego.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:- TRABALHO SEMANAL

As empresas integrantes da categoria econômica, representadas pelo Sindicato Patronal terão a sua jornada de trabalho semanalmente, de segunda à sexta-feira, perfazendo um total de 40 (quarenta) horas semanais, em regime de horário normal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:- FORNECIMENTO DE UNIFORME

As empresas que exigirem o uso de uniforme pelos seus empregados, ficam responsáveis pelo seu fornecimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:- AUXÍLIO DOENÇA

Os empregados que não fizerem jus à concessão do auxílio doença, por não terem completado o período carencial exigido pelo INSS, receberão da empresa o valor do auxílio doença que seria devido pelo INSS, sobre seu salário normativo, por um período não superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:- COMPLEMENTAÇÃO DE AUXÍLIO DOENÇA E 13º SALÁRIO

Na hipótese de concessão de auxílio doença pelo INSS, devidamente avaliado pelo médico da empresa, fica assegurado ao empregado uma complementação do valor do benefício previdenciário até o salário a que faria jus se estivesse em atividade.

Parágrafo Primeiro:- A concessão da complementação prevista no "caput" desta cláusula será devida por um período máximo de 180 (cento e oitenta) dias para cada licença concedida.

Parágrafo Segundo:- A complementação será igualmente devida com relação ao 13º salário, na hipótese de licença concedida pelo INSS envolver o mês de Dezembro/2008.

Parágrafo Terceiro:- As empresas que já concedem o benefício previsto no "Caput" desta cláusula, quer diretamente ou através de plano de Previdência Privada, ficam desobrigadas de tal concessão, respeitando-se os critérios mais vantajosos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:- 13º SALÁRIO

As empresas pagarão a primeira parcela do 13º salário até 30 de novembro e a segunda até 20 de dezembro, conforme estabelece a Lei nº 4.749.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:- COMPROVANTE DE PAGAMENTO

O empregador deverá fornecer ao empregado, comprovante de pagamento de salários, com discriminação das importâncias pagas e dos descontos efetuados. Em tais comprovantes deverá constar a identificação do empregador e do empregado.

Parágrafo Único:- No referido comprovante deverá constar também a importância relativa ao depósito do FGTS devida à conta vinculada do empregado optante, conforme estabelecido na primeira parte do artigo 17 da Lei Nº 8.033 de 11/05/90.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:- PROMOÇÕES/BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

A concessão de benefícios previdenciários pelo INSS, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, não prejudicará o direito à promoção e não interromperá a contagem do tempo de serviço para todo e qualquer efeito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:- DESCONTO EM FOLHA

As empresas descontarão da remuneração dos empregados associados, as parcelas relativas às mensalidades sindicais, os financiamentos das despesas de estada na Colônia de Férias do Sindicato e outras despesas conseqüentes de promoções do órgão de classe, desde que tais

descontos sejam autorizados, por escrito, pelo empregado e que não excedam a 30% (trinta por cento) da sua remuneração mensal.

Parágrafo Único:- Desde que devidamente autorizada pelo empregado, a empresa poderá descontar na folha de pagamento do associado ou não associado, as importâncias referentes a prêmios de seguros, convênios médicos, prestação de empréstimo pessoal, vales, e o que mais for acordado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:- FREQUÊNCIA DO DIRIGENTE SINDICAL

Durante a vigência da presente Convenção, as empresas integrantes da categoria econômica, representadas pelo Sindicato Patronal, concederão frequência livre a seus empregados em exercício efetivo na diretoria do Sindicato Profissional conveniente, da Federação Nacional dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e de Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito e da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, até 7 (sete) membros para cada Sindicato Profissional e 7 (sete) membros para a Federação e Confederação acima mencionados, limitado a 1 (um) funcionário por empresa ou grupo de empresas e por entidade, os quais gozarão desta franquias sem prejuízo do salário e do cômputo do tempo de serviço.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA:- DESPESAS PARA RESCISÃO CONTRATUAL

As empresas ficam obrigadas a pagar as despesas efetuadas pelos empregados que forem chamados para o acerto de contas fora da localidade onde prestam seus serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:- FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado com menos de 1 (um) ano de serviço prestado à mesma empresa, que rescindir o seu contrato de trabalho, fará jus a férias proporcionais de 1/12 (um doze avos) para cada mês completo de efetivo serviço.

Parágrafo Único:- Para efeito desta cláusula será considerado mês completo de serviço, o período igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho efetivo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA:- CONTRATOS ESPECIAIS

A presente Convenção não se aplica aos empregados que percebem remuneração especial fixada por instrumento escrito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As Empresas da Categoria Econômica aqui representadas pelo Sindicato Patronal, subscritor desta, descontarão dos salários dos seus empregados, a título de Contribuição Assistencial, os percentuais abaixo, e nas seguintes condições:

1.Dos Empregados Representados pelo Sindicato Profissional – as empresas descontarão 4% (quatro por cento) sobre o salário de todos os seus empregados, associados ou não ao sindicato profissional, relativo ao mês de janeiro de 2009, recolhendo a respectiva importância em cheque nominal ao sindicato profissional até o 3º. dia útil subsequente ao desconto, relacionando nominalmente os empregados e respectivos valores.

2.No mês de dezembro de 2009, as empresas descontarão 4% (quatro por cento) sobre o salário de todos os seus empregados, associados ou não ao sindicato profissional, a título de Contribuição

Confederativa/2009, recolhendo a respectiva importância em cheque nominal ao Sindicato Profissional até o 3º. (terceiro) dia útil subsequente ao desconto, relacionando nominalmente os empregados e respectivos valores.

Parágrafo Segundo – O Sindicato Profissional declara que o desconto de que trata esta cláusula foi desejo da Categoria manifestado em Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada, nos termos do art. 612 da CLT, combinado com o § 2º. do artigo 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do Sindicato previstas na letra “e” do artigo 513 da CLT e art. 8º. inciso IV da Constituição Federal de 1988, declarando ainda que a decisão da Assembleia levou em conta o acórdão RE nº 189960-3 SP, do Supremo Tribunal Federal, no qual ficou entendido que o desconto assistencial pode ser exigido tanto dos sócios quanto dos não sócios do Sindicato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA:- VIGÊNCIA

A presente Convenção vigorará pelo prazo de 1 (um) ano a contar do dia 1º de Janeiro de 2009.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2009.

SINDICATO DOS CORRETORES DE SEGUROS NO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINCOR-SC
Rua Dr. Luiz de Freitas Melro, 395 – salas 902 à 904 – Centro – Blumenau – SC
89010-310

Odair Roders
Presidente
CPF 081.965.249-00 - RG 437.156-6 SSP/SC

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTONOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA.

Rua Tenente Silveira, 199 – sala 201 – 2º And. Ed.Apolo – CEP-88010-300-Centro – Florianópolis - SC.

Aírton Galdino
Presidente
CPF:170.390.299-87 – RG: 3277564-4 SSP/SC.